

Invasões chiques podem ser demolidas

Antônio Vital

Os invasores *chiques* das quadras comerciais da Asa Norte e da Asa Sul deverão prestar contas, agora, à Justiça.

No final da tarde de terça-feira, a Promotoria de Defesa dos Direitos do Cidadão, do Patrimônio Público e do Meio Ambiente entrou com a primeira de uma série de 100 ações civis públicas contra estabelecimentos que invadiram área pública.

Até o final do ano, as ações deverão atingir mais de 1.000 empresas, a começar pela quadra 202 sul, onde fica um dos restaurantes mais badalados de Brasília, o Piantella.

Se as ações prosperarem, os comerciantes terão de demolir a área invadida. O Ministério Público requer, também, uma liminar para impedir a ampliação das ações.

Além disso, pede que o Governo do Distrito Federal fique proibido de emitir alvarás de construção, termos de ocupação e de funcionamento dos estabelecimentos, até que seja julgado o mérito das ações.

GDF — O GDF e outros 20 estabelecimentos localizados na 202 e na 201 Sul também são os alvos das duas primeiras ações.

Os promotores Eunice Pereira Amorim de Souza e Vetuval Martins Vasconcelos de acusam o GDF de

omissão diante do problema.

“Há lesão ao patrimônio público, ao patrimônio social, à ordem jurídica e aos princípios constitucionais da administração pública”, diz a promotora Eunice.

Vetuval explica: “O DF não recebe qualquer retribuição pelo uso dos bens, as invasões prejudicam a população e ferem diretamente as leis que transformaram Brasília em Patrimônio Cultural da Humanidade”.

Ação — Na ação de 25 páginas, encaminhada à Vara da Fazenda Pública do DF, os promotores pedem a inconstitucionalidade da Lei 754/90, aprovada pela Câmara legislativa e sancionada pelo governador Joaquim Roriz.

A lei proíbe a demolição de qualquer invasão de área pública, até o dia 30 deste mês, prazo estabelecido para que o problema seja regularizado.

“Como podem pensar em demolir o Piantella e o Beirute, por exemplo, se estes restaurantes já ocupam suas áreas há mais de 20 anos?”, pergunta o administrador de Brasília, Jorge Sallim Waquim.

Estão na lista dos promotores, além do Piantella e do Beirute, outros locais tradicionais de Brasília, como os restaurantes Koto, Arabesk, Líbanos, e até farmácias, lojas de rações para animais e confecções.

André Brant 12.8.94



Construção irregular : uma paisagem urbana que se tornou comum nas quadras comerciais da cidade

GDF: perdas de R\$ 1,6 milhão

Levantamentos feitos pela Administração de Brasília - e publicados com exclusividade pelo **Correio Braziliense** em agosto - indicam que as invasões ocupam 66.200 metros de área pública no Plano Piloto.

Isso representa, em Imposto Territorial Urbano, R\$ 1,6 milhão por ano que o GDF deixa de arrecadar.

“Eu quero pagar, faço qualquer coisa para que a situação seja regularizada”, disse o proprietário do Piantella, Marco Aurélio Costa.

O Piantella, a exemplo do Beirute e outros “invasores”, como o Florentino e o Arabesque, fazem parte da história de Brasília.

As ações impetradas pelo Ministério Público, além de pedirem a demolição da área invadida, requerem uma liminar para impedir a ampliação das instalações.

Além disso, pedem que o GDF fique proibido de emitir alvarás de construção, termos de ocupação e de funcionamentos dos estabelecimentos, até que seja julgado o mérito das ações.